



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 16 No 6 Outubro 2014



Industrialização Transformando a agenda de desenvolvimento da SADC

por Joseph Ngwawi

O **DESENVOLVIMENTO** industrial foi identificado como um dos principais motores da agenda de integração na África Austral numa altura em que a região começa a sair da economia centrada na produção de bens de consumo e de exportação e caminha rumo a um desenvolvimento sustentável baseado no benefício das mais-valias.

Os Estados Membros da SADC reconhecem que o desenvolvimento industrial é fundamental para a diversificação das suas economias, para o desenvolvimento da capacidade produtiva e para a criação de emprego com vista a reduzir a pobreza e promover um crescimento mais sustentável.

Há um consenso geral em toda a região de que a industrialização é a essência do desenvolvimento. A produção industrial cria oportunidades de trabalho e facilita ligações úteis entre os sectores agrícola, de mineração e serviços e entre as economias rurais e urbanas, bem como entre os consumidores e as indústrias de produtos básicos.

Um dos principais desafios para a África Austral é que a região era fortemente dependente de um crescimento económico baseado nos bens de consumo e exportações, no lugar de apostar na industrialização.

O desafio que muitos Países enfrentam na região da SADC é transformarem as suas economias da dependência de recursos naturais brutos e passarem a beneficiar de produtos acabados diversificados, dinâmicos e orientados pela tecnologia.

A estrutura da produção nos Países da África Austral é característica de uma região em desenvolvimento, onde a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) provem de sectores de produção primária, principalmente a agricultura e a mineração.

De acordo com o Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC, a contribuição desses sectores no PIB é relativamente alta, com uma média de cerca de 50 por cento do PIB.

A pesca também evoluiu sendo um importante contribuinte em vários Países.

No entanto, a mais-valia nestes sectores primários continua baixa, em média, tendo se situado em 14 por cento do PIB em 2011 (*vide a tabela na página 2*).

Com excepção da África do Sul e das Ilhas Maurícias, que têm sectores industriais consideráveis, o sector industrial da SADC continua a ser relativamente pouco diversificado.

Como observado na tabela, a contribuição do sector industrial para o PIB em todos os Estados Membros é estimado em menos de 20 por cento, chegando a ser inferior a cinco por cento em alguns casos.

A contribuição da industrialização para o PIB permaneceu inalterada na maioria dos Estados Membros da SADC na última década, apesar de algumas flutuações entre os Países.

Intensidade de industrialização é muito baixa na região, com a produção industrial sendo fortemente concentrada em produtos de baixa tecnologia, como alimentos, bebidas, têxteis, vestuário e calçado.



POLÍTICA	3
34ª CIMEIRA DA SADC	4-7
ENERGIA	8-9
AMBIENTE	10
AGRICULTURA	11
PAZ E SEGURANÇA	12
ELEIÇÕES	13
COMÉRCIO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2...

Industrialização

Transformando a agenda de desenvolvimento da SADC

O baixo nível de industrialização levou os Chefes de Estado e de Governo da SADC, durante a 34ª Cimeira Ordinária, realizada em Agosto em Victoria Falls, Zimbabwe, à apelarem ao Conselho de Ministros para rever o processo em curso de revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), a fim de dar destaque para o pilar da industrialização.

A Cimeira determinou que a industrialização deve assumir a dianteira na agenda de integração regional da SADC.

"A Cimeira incumbiu o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Regional para desenvolver uma estratégia e um roteiro para a industrialização na região", refere o comunicado emitido no final da Cimeira.

A este respeito, foi sublinhado que Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC é de extrema importância.

O quadro aponta as áreas de cooperação a nível regional, que incorporam uma base industrial diversificada, inovadora e competitiva a nível mundial, visando contribuir para o crescimento sustentável e criação de emprego na região.

Constituiu um ponto de referência para orientar a coordenação de políticas, acções e processos complexos complementares que farão parte do quadro de desenvolvimento industrial regional.

Também visa comunicar aspirações de industrialização da região e constitui guião para o sector privado, tanto dentro como fora da região.

Descreve a visão regional e a missão da industrialização da economia na SADC, bem como intervenções essenciais para serem implementadas a curto, médio e longo prazo.

O quadro político SADC apresenta as seguintes intervenções transversais e

sectoriais para a implementação a nível regional:

- Desenvolvimento e exploração de oportunidades mutuamente benéficas na SADC;
- Melhoria de normas, regulamentos técnicos e infra-estruturas de qualidade;
- Promoção da cooperação em matéria de inovação, transferência de tecnologia e actividades de pesquisa e desenvolvimento;
- Desenvolvimento de mecanismos para melhorar o acesso ao financiamento para a industrialização e sectores afins;
- Melhoria do apoio às pequenas e médias empresas;
- Integração de infra-estrutura e serviços na estratégia regional de industrialização;
- Atração de investimento directo estrangeiro regional

Planeada Cimeira Especial sobre a Industrialização

A SADC pretende realizar uma cimeira especial em 2015 para discutir a industrialização e aprovar o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional revisto.

O Ministro Zimbabweano da Indústria e Comércio, Mike Bimha, disse que a cimeira especial, marcada para o primeiro trimestre de 2015, pretende estimular os Estados Membros da SADC a melhorar a sua capacidade industrial.

Disse que a decisão de convocar a cimeira extraordinária visa especificamente decidir o caminho a seguir, devido a algumas diferenças entre os Estados-Membros sobre as prioridades e os prazos.

"Há um impasse sobre a questão da industrialização e acesso ao mercado. Há alguns países que estão ansiosos em ver a estratégia de acesso ao mercado a ser alcançada a num

Contribuição da Indústria para o Produto Interno Bruto (PIB) %												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Angola	3	4	4	4	4	4	4	5	5	6	6	6
Botswana	5	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4
RDC	5	5	5	5	6	7	6	6	6	5	NA	NA
Lesotho	14	19	23	22	22	20	22	20	19	16	13	12
Madagáscar	12	12	13	14	14	14	14	14	14	14	NA	NA
Malawi	13	12	11	12	10	9	11	10	10	10	NA	NA
Maurícias	23	23	22	22	21	20	20	20	20	19	18	18
Moçambique	12	14	14	17	18	15	16	15	14	14	13	13
Namíbia	13	13	13	15	14	14	16	17	14	15	8	8
Seychelles	19	18	18	16	17	13	12	12	12	11	NA	NA
África do Sul	19	19	19	19	19	18	17	17	17	15	15	13
Swazilândia	39	42	41	41	40	40	43	44	44	46	42	41
Tanzânia	9	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	10
Zâmbia	11	11	12	12	12	12	12	11	10	10	9	9
Zimbabue	16	15	13	14	16	17	18	17	17	16	14	11
SADC	14,2	14,67	14,67	14,73	15,07	14,4	14,87	14,73	14,33	14,07	14,6	13,9

Fonte: Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC

e local e promoção das exportações;

- Desenvolvimento de estratégias para explorar novas oportunidades de cooperação estratégica com parceiros globais na região; e
- Promoção do alinhamento do quadro político com políticas complementares existentes.

O quadro político observa que, uma infra-estrutura integrada e eficaz em termos de custos benefício, é um pré-requisito para o

desenvolvimento industrial regional, acrescentando que a transformação estrutural do sector industrial da SADC continua a ser dificultada por serviços de infra-estruturas inadequadas e de alto custo.

Refere que a região não está a lidar com as actuais exigências de infra-estrutura, incluindo as relacionadas com a expansão da capacidade industrial, tais como energia, transporte e serviços logísticos, e as tecnologias de informação e comunicação. □

curto espaço de tempo", disse Bimha ao jornal The Herald.

Outros Países sentem que a industrialização deve vir em primeiro lugar, argumentando que seria lógico primeiro construir capacidade industrial antes "podermos falar sobre o acesso ao mercado".

A 34ª Cimeira da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto, aprovou a o Plano revisto de Desenvolvimento Regional, o RISDP, para permitir a sincronização dos quatro pilares de integração regional da SADC, incluindo a prossecução dos trabalhos de um programa para promover o desenvolvimento industrial na região.

A Cimeira mandou o Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional para desenvolver uma estratégia e um roteiro para a industrialização na região.

A industrialização é fundamental, pois aumenta a produção, permitindo que os países diversifiquem as suas economias e utilizem recursos locais, através das mais-valias.

De acordo com um comunicado lido no final da 34ª Cimeira da SADC, os líderes da SADC disseram que a região registou progressos na revisão do RISDP mas apelaram para a finalização de um plano de implementação do projecto revisto, a fim de fornecer orientações para a implementação dos programas da SADC.

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos, aprovado pelos líderes da SADC, em 2003, como o principal modelo para a integração e desenvolvimento regional. O plano foi submetido a um processo de revisão em 2011. □

Aprovado Protocolo sobre o Tribunal da SADC

OS LÍDERES da África Austral adoptaram um protocolo sobre o Tribunal da SADC, que define o seu papel e competência.

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC suspendeu o trabalho do Tribunal, em 2010, e ordenou uma revisão do papel e da competência do tribunal regional.

Em 2011, a Cimeira prorrogou a suspensão do Tribunal, obrigando os Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais a iniciar um processo de elaboração dos instrumentos jurídicos relevantes da SADC.

A 32ª Cimeira da SADC, realizada em Maputo, Moçambique, em 2012,

determinou que um protocolo sobre o Tribunal e do Regimento SADC deveria ser negociado e à jurisdição do Tribunal limitar-se a um papel consultivo e de interpretação do Tratado da SADC e dos protocolos que podem ser negociado entre os Estados-Membros.

A 34ª Cimeira da SADC, realizada em Agosto, em

Victoria Falls, Zimbabwe, adoptou um Protocolo que cria o Tribunal da SADC.

"A Cimeira recebeu um relatório do Comité de Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais relativos ao progresso na negociação de um novo protocolo sobre o Tribunal da SADC, e adoptou o novo protocolo sobre o Tribunal da SADC", diz parte do comunicado divulgado no final da cimeira.

De acordo com o novo protocolo, o mandato do Tribunal da SADC limita-se a lidar com disputas e interpretação do Tratado da SADC e protocolos inter-estaduais.

Isso é diferente da situação anterior, em que os indivíduos se aproximavam do tribunal com processos contra seus governos, porque a jurisdição não tinha sido definida num instrumento jurídico acordado conhecido como um protocolo.

Nos últimos quatro anos, o Comité de Ministros da Justiça / Procuradores-Gerais foi encarregado de redigir o Protocolo.

Um dos principais problemas de atrito foi a introdução de um novo artigo 55 na Disposição Transitória.

Entre outras questões, o artigo sugere que um Tribunal reconstituído sob um novo protocolo poderá assumir casos existentes do antigo Tribunal.

Alguns Estados-Membros opuseram-se a introdução do artigo, argumentando que uma vez que o novo protocolo entrou em vigor, quaisquer acções ou processos julgados anteriormente deixariam de ter efeito.

O novo protocolo opta por esta última posição, onde o Tribunal não herdará quaisquer acções ou processos julgados anteriormente.

O Tribunal da SADC está baseado em Windhoek, Namíbia. □

SADC monitora surto de Ébola na África Ocidental e Central

OS ESTADOS Membros da SADC adoptaram uma posição comum sobre a forma de lidar com o recente surto de Ébola - uma doença mortal que afectou partes da África Ocidental e a República Democrática do Congo (RDC).

Uma reunião de Ministros da Saúde da SADC, realizada de 4-5 de Setembro, em Victoria Falls, Zimbabwe, concordou com uma série de medidas para conter a propagação da doença para a região.

"Depois das suas deliberações, os ministros adoptaram uma posição regional comum para viagens de pessoas e caminhões / veículos comerciais de países afectados pela Ébola", diz parte do comunicado divulgado pelos ministros.

Eles concordaram que as pessoas que viajam de países afectados Ébola serão inspeccionados e acompanhados por um período de 21 dias.

"Caso seja essencial que eles saiam antes da conclusão do período de 21 dias, o próximo país deve ser notificado e deve continuar com a vigilância para o período restante", disseram os ministros.

Eles também concordaram em padronizar as intervenções de saúde pública para evitar a propagação do vírus da Ébola nos Estados Membros da SADC.

As intervenções mais comuns incluem aquisição e o pré-posicionamento de equipamento de protecção individual, a formação de profissionais de saúde, a sensibilização das partes interessadas, a identificação e apetrechamento de centros de isolamento / tratamento, diagnóstico laboratorial e triagem de passageiros em todos os pontos críticos de entrada ou saída.

Os Ministros observaram o papel central desempenhado pelos meios de comunicação na difusão de informações sobre Ébola, devido à extensão da desinformação.

"Por isso, os Estados-Membros são incentivados a envolver os meios de comunicação

como uma forma transparente possível para informar, educar, dissipar rumores e desmistificar as questões em torno de Ébola", disseram os ministros.

O Conselho Executivo da União Africana (UA) aprovou a resposta da SADC para o Ébola e concordou com inspecção dos visitantes de países afectados, mas manifestou reservas sobre a proibição de viajar para os motoristas de caminhão dizendo isso tem o potencial de alimentar o estigma contra os países afectados e vítimas. Depois de uma reunião de emergência dos Estados membros da UA sobre Ébola, o Ministro Zimbabweano da Saúde, o Dr. David Parirenyatwa, que preside os ministros da Saúde da SADC, disse que esta posição seria revista.

O Ébola é um vírus que se espalha na população humana por meio do contacto directo ou indirecto com sangue e fluidos corporais, e em casos raros, por meio de manipulação da carne de caça crua se infectada.

No entanto, uma pessoa com a doença não é contagiosa até que os sintomas apareçam, por isso, é possível isolar os casos e conter a propagação se existirem instalações médicas adequadas, o que não é o caso em algumas partes da África Ocidental. O reconhecimento precoce do Ébola é importante para a prestação de cuidados de saúde adequados e evitar a propagação da infecção.

Cerca de 2.000 pessoas morreram de Ébola na Guiné, Libéria, Nigéria, Senegal e Serra Leoa desde que o surto começou em Março.

A República Democrática do Congo relatou casos de Ébola no final de Agosto, aumentando os temores de que a doença pode se espalhar para outros Estados Membros da SADC. No entanto, especialistas médicos, notaram que o vírus Ébola da República Democrática do Congo é diferente do diagnosticado na África Ocidental, e não se espalhou a partir de lá, mas é uma espécie distinta que surgiu na década de 1970. □





Presidente da SADC apela à "verificação da realidade" na revisão do programa regional

por Joseph Ngawwi

O PRESIDENTE do Zimbabwe, Robert Mugabe, apelou aos Estados Membros da SADC a realizar uma "verificação da realidade" durante a revisão do modelo de desenvolvimento regional.

No seu discurso depois de assumir a presidência da SADC, anteriormente ocupada pelo Presidente malawiano, Peter Mutharika, durante a 34ª Cimeira da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, Mugabe advertiu que é preciso ser realista ao definir metas e marcos durante a revisão Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP).

"Não devemos tentar introduzir ou abraçar muitos programas, que, no final, não conseguiremos financiar a partir dos nossos próprios recursos", disse Mugabe.

"Sentimos que o actual processo em curso de revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional não deve ser um mero exercício académico, mas uma verificação real que nos deve orientar."

O RISDP é um plano estratégico de 15 anos, aprovado pelos líderes da SADC, em 2003, como o principal modelo para a integração e desenvolvimento regional.

O plano foi submetido ao longo dos últimos anos a um processo de revisão, que começou com uma análise documental realizada pelo Secretariado da SADC em 2011.

A avaliação feita pelo secretariado incluiu a análise do desempenho da SADC e identificou os desafios bem como as lições aprendidas durante a implementação do RISDP, de 2005 a 2010. A avaliação serviu de base para uma revisão intercalar independente entre 2012 e 2013.

Em Agosto de 2013, o Conselho de Ministros instruiu o Secretariado da SADC para trabalhar com os Estados-

Membros na criação de um grupo de trabalho multisectorial com a responsabilidade de finalizar o processo de revisão do RISDP.

O grupo de trabalho teve uma série de reuniões em 2014 para propor novas prioridades; principais áreas de foco; marcos; resultados; metas e prazos para o restante do período de implementação.

Ele também se reuniu para propor estratégias para a implementação do RISDP; recomendar quaisquer outras estratégias e estruturas de implementação que podem aumentar a sua implementação, incluindo um quadro institucional e legal adequado; e um mecanismo sustentável dos recursos, bem como acompanhamento e mecanismo de avaliação para o restante período de sua implementação.

O resultado deste trabalho é o RISDP revisto (2015-2020), que foi apresentado para aprovação ao Conselho de Ministros e aos Chefes de Estado e de Governo durante a 34ª Cimeira da SADC, no Zimbabwe, em Agosto.

Anunciados vencedores do prémio de jornalismo na SADC

OS VENCEDORES do Prémio de Jornalismo da SADC 2014 e de Redacção para as Escolas Secundárias foram galardoados na Cimeira da SADC realizada em Agosto.

Os prémios de Jornalismo foram apresentados em quatro categorias de televisão, foto jornalismo, imprensa e rádio. Os vencedores foram da Namíbia, Moçambique, Zimbabwe e Zâmbia.

Jacqueline Hindjou-Mafwila, Corporação de Radiodifusão da Namíbia, ganhou o prémio de radiodifusão, enquanto Alfredo Simango, da Televisão de Moçambique, foi considerado o melhor repórter de televisão na África Austral.

Em outras categorias, EmeldaMwitwa do Daily Mail da Zâmbia, venceu na categoria de imprensa, enquanto Mun-



Prof. Peter Mutharika, Presidente do Malawi, entregando as pastas ao novo Presidente em exercício da SADC, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe

Uma das conclusões do processo de revisão foi, apesar dos progressos alcançados na implementação da agenda de integração regional, de que as expectativas do plano regional excederam a capacidade de ambos o Secretariado da SADC e os Estados-Membros a cumprir todas as metas acordadas no âmbito do período especificado.

Mugabe apelou à região da SADC para alavancar os seus abundantes recursos naturais, prosseguindo activamente os programas para promover a industrialização, através de benefício das mais-valias.

"A nossa região tem recursos abundantes que, em vez de ser vendido em forma bruta a preços muito baixos, devem antes ser transformados em produtos que nós eventualmente podemos exportar e tirar os proveitos das mais-valias", disse ele.

Este processo deve ajudar a região nos seus esforços para industrialização e, por sua vez, aumentar as oportunidades de emprego.

"A SADC deve também afastar-se da exportação de matérias-primas, e procurar criar cadeias de valor que levam à exportação de produtos acabados", disse Mugabe. □

yaradzi Chamalimba, do Zimbabwe, ganhou o prémio de fotojornalismo.

Na categoria de Jornalismo sobre os Recursos Hídricos da SADC, Factmore Dzobo, do Zimbabwe, venceu na categoria de imprensa, enquanto Felicity Masculino, do Botswana, venceu a categoria de fotojornalismo.

Houve também atribuição de prémios de Redacção para Escolas Secundárias da SADC, ganhas por Neema Steven, da República Unida da Tanzânia.

Kudzai Ncube, do Zimbabwe, ganhou o segundo prémio, enquanto Manxoba Msibi, da Swazilândia, ganhou o terceiro prémio desta categoria.

O concurso de redacção é um evento anual realizado desde 1999. O principal objectivo da competição é aumentar a consciência sobre as actividades e programas da SADC entre os jovens nos Estados Membros da SADC.

Este ano, os alunos foram convidados a escrever uma redacção sobre com o tema "O clima está a ter um efeito adverso sobre o desenvolvimento socioeconómico da região. Qual deve ser papel do sector da educação para mitigar o impacto sobre a juventude?" □





Presidentes Guebuza e Pohamba despedem-se da SADC

OS PRESIDENTES Armando Guebuza, de Moçambique, e Hifikepunye, da Namíbia, despediram-se da SADC em Agosto, durante a 34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Victoria Falls, Zimbábue.

Os dois líderes, que lideram seus respectivos partidos políticos, estão a cumprir o seu segundo e último mandato como Chefes de Estado, em conformidade com as suas constituições nacionais, e não vão poder disputar as eleições gerais previstas para 15 de Outubro, em Moçambique, e em Novembro, na Namíbia.

A 34ª Cimeira da SADC foi a última em que tomaram parte como Chefes de Estado.

Nos seus discursos de despedida, os líderes prestaram homenagem a SADC, dizendo que a cooperação regional tem um valor acrescentado para o desenvolvimento nacional.

"Durante o meu mandato, testemunhei o valor e a importância da cooperação regional em vários sectores", disse Pohamba.

"Por exemplo, a cooperação no sector dos recursos

marinhos, resultou na recuperação de muitas unidades populacionais de peixes que estavam à beira do esgotamento", disse ele, acrescentando que a cooperação no sector da energia também permitiu aos países da região vender a energia excedente para um do outro.

Guebuza exortou a SADC para prestar o mesmo apoio dado a ele e a Pohamba, aos seus sucessores para garantir uma maior integração regional.



Presidentes Armando Guebuza, de Moçambique (à esquerda), e Hifikepunye Pohamba, da Namíbia, despedem-se da SADC.

"Eu agradeço por todo o apoio prestado a mim e ao meu país ao longo dos anos. Peço que estendam o mesmo apoio aos nossos sucessores", disse ele.

Guebuza e Pohamba contribuíram significativamente para os esforços visando levar a agenda de integração regional para a frente, e acreditam firmemente na noção de que os Estados Membros da SADC têm muito a ganhar com o trabalho em conjunto.

Por exemplo, Pohamba foi fundamental na promoção da paz e estabilidade na região, especialmente no regresso à ordem constitucional em Madagáscar e os esforços em curso para alcançar a paz no leste da República Democrática do Congo.

O líder namibiano presidiu o Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança, entre Agosto de 2013 e Agosto 2014.

Guebuza supervisionou a finalização e eventual lançamento do Plano Director Regional de Infra-estrutura da SADC em 2012, quando ele era presidente da SADC. O plano regional, orienta o desenvolvimento de projectos importantes de infra-estrutura na África Austral. □

Lançado Anuário Estatístico da SADC

O ACESSO a dados estatísticos precisos e actuais é fundamental para apoiar o desenvolvimento socioeconómico na África Austral, de acordo com o novo presidente da SADC, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbábue, que falava por ocasião do lançamento do Anuário Estatístico 2012 da SADC, em Victoria Falls.

"É imperativo que nós estejamos cientes, por exemplo, que em 2013 o número total da população da nossa região situou-se em 293,5 milhões, cresceu em 3,1 por cento ao ano, e que a taxa de inflação média situou-se em 8,2 por cento", disse ele.

"Estatísticas como estas permitem que os investidores locais e estrangeiros possam mapear de forma eficaz e informativa para os negócios na região."

O anuário estatístico fornece as partes interessadas um conjunto abrangente de informações confiáveis e sólidas sobre os perfis socioeconómicos e de desenvolvimento da região da SADC e dos seus Estados-Membros. □

SADC elege nova liderança

A 34ª Cimeira da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbábue, elegeu novos membros da Cimeira da Troika e da Troika do Órgão de Política, Defesa e Segurança.

A Cimeira da Troika é composta pelo presidente Robert Mugabe do Zimbábue (Presidente da SADC), o presidente Ian Khama do Botswana (vice-presidente) e presidente Peter Mutharika do Malawi (anterior Presidente da SADC).

O sistema de Troika confere autoridade a este grupo para tomar decisões rápidas em nome da SADC que normalmente são tomadas em reuniões políticas agendadas em intervalos regulares, bem como fornecer orientação política para as instituições da

SADC entre as cimeiras regulares da SADC.

Este sistema tem sido eficaz, uma vez que foi estabelecido pela Cimeira na sua reunião anual, em Maputo, Moçambique, em Agosto de 1999. Outros Estados-Membros podem ser convidados para a Troika sempre que necessário.

A 34ª Cimeira da SADC elegeu o Presidente Sul-Africano, Jacob Zuma, como presidente do Órgão de Política, Defesa e Segurança, tendo como adjunto o Primeiro-Ministro do Lesotho, Thomas Thabane, e o Presidente namibiano, Hifikepunye Pohamba, como presidente cessante.

O Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança é presidido numa base Troika e é responsável pela promoção da

paz e segurança na região da SADC.

Tem a responsabilidade de orientar os Estados-Membros sobre questões de direcção que possam ameaçar a paz, segurança e estabilidade na região.

A estrutura do órgão, operações e funções são reguladas pelo Protocolo de Política, Defesa e Segurança. Tal como a Cimeira, o presidente do órgão assume o cargo com um mandato rotativo anual.

A Cimeira da SADC e órgãos Troika são mutuamente exclusivos, portanto, a presidência do órgão não pode simultaneamente assumir a presidência da SADC.

Quando as duas Troikas se reúnem, evento é designado dupla Troika. □



SADC Lança Publicação sobre História de Libertação

A **PUBLICAÇÃO** sobre a história da libertação é uma série de nove volumes de livros que documentam a história da luta pela independência na África Austral a partir da perspectiva dos participantes e pessoas de sete países.

A publicação foi lançada na 34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Agosto, em Victoria Falls, Zimbábue.

O projecto foi uma iniciativa ambiciosa conduzido pelo Brigadeiro-General Hashim Mbita, que era seu Patrono, e aprovado pelos líderes da SADC em 2005.

A publicação apresenta perfis das histórias da luta de libertação em sete países africanos - Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, apoiados pela Zâmbia e pela República Unida da Tanzânia.

O Projecto História de Libertação da SADC iniciou em Agosto de 2005, após a aprovação pela Cimeira da SADC em Gaborone, Botswana, e foi concluído cinco anos depois, mas permaneceu inédito até agora.

A unidade do projecto esteve baseada em Dar-es-Salaam, Tanzânia, e o trabalho foi conduzido por pesquisadores locais em cada um dos países, inteiramente financiados pelos Estados Membros da SADC.

O projecto de pesquisa foi orientado pelo professor Arnold Temu, da Tanzânia, como gestor do projecto, e o Professor Joel das Neves Tembe, de Moçambique, como gestor adjunto do projecto.

O objectivo principal era documentar a história da luta de libertação da região da África Austral, através da recolha, catalogação e compilação de textos orais e dados nos Estados Membros da SADC e fora da região.

Mbita foi Secretário Executivo do Comité de Libertação da Organização de Unidade Africano (OUA) - precursora para a União Africano (UA) - durante 22 anos, desde 1972 e a sua missão foi

cumprida com as eleições democráticas na África do Sul, em 1994.

O Comité de Libertação foi estabelecido na cimeira de fundação da OUA em 1963 para apoiar diplomática e materialmente o processo de descolonização e formalmente terminou em Agosto de 1994 com uma conferência de encerramento em Arusha, na Tanzânia, e com a elaboração de um relatório intitulado Missão Cumprida.

Falando no lançamento da publicação da história da libertação em Victoria Falls, o Presidente da SADC, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbábue, anunciou que o seu país também decidiu conferir a Mbita a mais alta condecoração concedida a um estrangeiro - a Ordem Real de Monomotapa.

Os outros condecorados anteriormente com a medalha são o ex-presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, e os presidentes fundadores de Angola, Botswana, Moçambique e Tanzânia - Dr. Agostinho Neto, Sir Seretse Khama, Samora Machel e Julius Nyerere, respectivamente.

A filha de Mbita, Shella Hashim Mbita, agradeceu a SADC e ao Zimbábue pela condecoração concedida ao seu pai.

Ela disse que a publicação é uma fonte de referência fundamental, pois fornece informações detalhadas sobre a história da região.

"Não há dúvida de que o Projecto da publicação de Hashim Mbita irá fornecer informação vital e muito útil para os estudantes e instituições académicas sobre a história da África Austral, política e ciências humanas", disse ela.

"Da mesma forma, a publicação irá beneficiar grandemente a todos aqueles que realizam várias pesquisas sobre a colonização e descolonização, intelectuais, público em geral e progressistas africanos em todo o mundo que terão interesse em ler sobre a libertação desta parte do nosso continente, agora e no futuro."

A publicação é composta por nove volumes totalizando 5.394 páginas.

Os volumes estão estruturados em quatro partes, abrangendo a história dos países que conseguiram a independência através de lutas armadas, o papel dos Estados da linha da Frente, o papel do Estado das Linha da Frente "estendida" e o apoio externo a partir de fora da SADC ou dos Estados que não são da Linha da Frente.

Os países que tiveram que ir para a guerra para ganhar a sua independência foram Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, enquanto os Estados da Linha da Frente inicialmente eram Botswana, Tanzânia e Zâmbia.

Os Países cujo apoio é documentado na secção sobre os Estados da Linha da Frente "estendida" são Lesotho, Malawi e Swazilândia.

Um volume centra-se no apoio e assistência prestada por outros países fora

Da SADC e da Linha da Frente como a China, Cuba, Jugoslávia, União Soviética, Alemanha Oriental e os países escandinavos do norte da Europa.

A publicação foi produzida pela editora Mkuki Na Nyota na Tanzânia, e o editor bem conhecido, Walter Bgoya, esteve presente no lançamento. A publicação da primeira edição inclui 400 conjuntos de nove volumes cada que ainda estão sendo impressos. □

Julius Nyerere Ele carregou a tocha que libertou a África



A **TANZÂNIA** acolheu o Comité de Libertação da OUA por 30 anos entre 1964-1994, e as pessoas da Tanzânia contribuíram significativamente, atrasando o seu próprio desenvolvimento económico até que o resto do continente estivesse livre, sob a liderança visionária do Mwalimu Julius Kambarage Nyerere.

O Comité de Libertação, e a própria Tanzânia, prestaram apoio político, material e moral a outros países africanos até que os governos da maioria e independências fossem alcançados.

Nascido a 13 de Abril de 1922, em Butiama, perto do Lago Victoria, Mwalimu dedicou a sua vida aos ideais de dignidade humana e da humanidade comum.

"Ele é o nosso pai, e nós somos os seus filhos", disse o ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, durante o seu funeral, uma cerimónia enorme e emocional com a presença

de dirigentes, representantes e pessoas da África e de outras regiões do mundo na despedida de Mwalimu depois da sua morte há 15 anos, a 14 de Outubro de 1999.

"Mwalimu não só era capaz de pensar e lançar slogans sobre liberdade e unidade, mas ele poderia instalá-los no coração dos cidadãos."

Os seus colegas africanos homenageiam-no como "um dos maiores líderes e pensadores do século 20... Ele carregou a tocha que libertou a África."

O vice-presidente da Índia, disse que Mwalimu trabalhou com líderes indígenas "ombro a ombro contra o colonialismo e o apartheid."

Falando em nome de um bilhão de pessoas da Índia, ele descreveu que Nyerere era "a voz da liberdade e da unidade em África e no mundo em desenvolvimento." □

SADC deve fazer mais para honrar os seus fundadores

A MENSAGEM foi clara e bem recebido – a África Austral deve fazer mais para honrar os seus pais fundadores.

A 1 de Abril de 1980, os líderes de Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, a Zâmbia e o primeiro-ministro designado do Zimbabwe reuniram-se em Lusaka, Zâmbia, para estabelecer a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) – precursora da SADC - após uma série de consultas dos Estados da Linha da Frente no sentido de formar uma aliança mais próxima.

Desde a sua criação há 34 anos, a SADC tem conseguido uma série de marcos destinados a fazer avançar a liberdade política e económica.

A transformação da SADCC em SADC

A SADC foi formada através de um longo processo de consultas por parte dos dirigentes da África Austral.

No final da década de 1970, tornou-se claro para os líderes da região que a independência política por si só não levaria a melhores economias e padrões de vida.

As experiências positivas obtidas em trabalhar em conjunto, como Estados da Linha da Frente, para avançar a luta política pela independência tiveram que ser traduzidas numa cooperação mais ampla em busca do desenvolvimento económico e social.

De 1977, foram realizadas consultas activas pelos Estados da Linha da Frente, que culminaram com uma reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Gaborone, Botswana, em Maio de 1979, que convocou uma reunião de ministros responsáveis pelo desenvolvimento económico.

No entanto, pouco tem sido feito para homenagear os líderes que dedicaram as suas vidas aos ideais de alcançar a liberdade política e aprofundamento da integração económica regional.

Num comunicado divulgado no final da 34ª Cimeira da SADC realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, os líderes da SADC "ressaltaram a necessidade de honrar devidamente os Líderes fundadores que tiveram um papel de destaque na libertação da África, tanto a nível regional e continental."

Essa reunião decorreu em Arusha, Tanzânia, em Julho de 1979, levando ao nascimento da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a precursora da SADC, no ano seguinte.

A SADCC foi criada a 01 de Abril de 1980 por nove estados da África Austral independentes, que assinaram uma declaração intitulada "África Austral: Rumo a libertação económica" - Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Os principais objectivos eram:

- Reduzir a dependência dos Estados-Membros, nomeadamente, mas não só, sobre o apartheid na África do Sul;
- Implementação de programas e projectos com impacto nacional e regional;
- Mobilizar recursos dos Estados-Membros na busca da auto-suficiência colectiva; e,
- Garantir a compreensão e apoio internacional



Lusaka, 1 Abril 1980. Atrás da esquerda para a direita: Dick Matenje (Malawi), Robert Mugabe (PM designado do Zimbabwe), Sua Majestade Príncipe Mabandla Dlamini (Swazilândia) e Excelentíssimo Mooki Molapo (Lesotho). A frente da esquerda para a direita: Sua Excelência José Eduardo dos Santos (Angola), Sua Excelência Sir Seretse Khama (Botswana), Sua Excelência Dr. Kenneth Kaunda (Zâmbia), Sua Excelência Samora Machel (Moçambique) e Sua Excelência Mwalimu Julius Nyerere (Tanzânia).

O novo Presidente da SADC, o Presidente Robert Gabriel Mugabe, do Zimbabwe, disse que a região não teria sido a mesma sem a visão dos pais fundadores.

"Eles são os únicos que formaram esta organização, um corpo consolidado onde muita coisa aconteceu, e onde a liberdade política veio", disse ele, acrescentando: "mas nós não fizemos muito para homenagear os nossos pais fundadores".

Ele disse que os pais fundadores, em especial o ex-presidente da Tanzânia Mwalimu Julius Nyerere, teve

de suportar a maior carga de libertar a África acomodando combatentes da libertação no seu país e proporcionar-lhes apoio logístico e militar.

"Ajude-nos, ajuda-me como o novo presidente da SADC para que nós respeitemos Mwalimu na União Africana", disse o Presidente Mugabe.

A UA honrou alguns dos seus heróis, como antigo Presidente do Ghana Kwame Nkrumah e Nelson Mandela da África do Sul, nomeando partes de sua sede em Addis Abeba, Etiópia, em sua honra.

O presidente cessante da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, ecoou esse sentimento, dizendo que a outra grande honra para os pais fundadores seria preservar os seus ideais para as gerações vindouras.

"Há trinta e quatro atrás, os fundadores da SADC articularam uma visão para o nosso povo a marchar em direcção a uma maior unidade e integração", disse ele.

"Peço aos líderes e cidadãos da SADC para continuar seguindo os passos dos seus antecessores no sentido universal de integração, unidade e harmonia para o nosso povo." □



Uma transformação foi realizada em Agosto de 1992, quando os Chefes de Estado e de Governo da SADCC reuniram-se em Windhoek, capital da recém República independente da Namíbia, onde assinaram uma Declaração e um Tratado que instituiu a SADC.

Os líderes perceberam que, embora a Conferência de Coordenação lhes tinha servido bem e que havia necessidade crucial para cooperar nos esforços de desenvolvimento, tinha chegado o momento de dar a organização um estatuto jurídico mais formal.

Desde a sua criação, a SADC tem proporcionado o quadro jurídico para a cooperação entre os Estados-Membros, e tem inculcado um sentimento de pertença regional, bem como uma tradição de consulta entre os povos e governos da África Austral. □

SADC Investe 4 biliões de dólares em projectos prioritários de energia

por Joseph Ngwawi

A SADC identificou pelo menos nove projectos prioritários de transmissão de energia na África Austral avaliados em mais de 4 biliões de dólares norte-americanos para a promoção e marketing para os investidores.

Os nove projectos estão em vários estágios de desenvolvimento e incluem o projecto de interligação ZIZABONA a ser implementado pelo Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia, de acordo com o Secretariado da SADC.

Outros projectos de alta prioridade incluem o Corredor Central da Transmissão (CTC), o Projecto Espinha Dorsal de Moçambique, a interligação Zâmbia e Quênia, bem como a proposta de interligação Namíbia-Angola que vai ligar a Tanzânia e Angola ao Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

O Director de Infra-estrutura e Serviços, Remmy Makumbe, disse que um comité de direcção conjunta composta por funcionários da Autoridade de Electricidade do Zimbabwe (ZESA) e da Eskom, da África do Sul, foi formado para conduzir o projecto CTC e que foram desenvolvidos termos de referência para as equipas técnicas e comerciais.

"A ZESA, em conjunto com a Eskom, está estudando a configuração da actual rede e capacidade, e está analisando todas as possíveis opções técnicas disponíveis para o projecto CTC para aumentar a capacidade de transferência da rede", disse ele.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral, que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de utilitários na região, concluiu o processo de licitação para o projecto ZIZABONA em Maio 2013 e uma série de investidores manifestaram interesse no desenvolvimento da interligação para a transmissão de electricidade.

O projecto de interligação e transmissão tem a capacidade de aumentar a comercialização de energia entre as concessionárias participantes, bem como fornecer uma rota alternativa para descongestionar o actual corredor central de transmissão que atravessa o Zimbabwe.

O projecto ZIZABONA é um exemplo de cooperação e integração regional, e a após a sua conclusão vai garantir que a maioria dos países da SADC seja capaz de partilhar a energia excedente.

Nos termos do acordo assinado em 2008 sobre ZIZABONA, as concessionárias de energia de todos os quatro países poderão financiar parte do projecto que se enquadra dentro das suas fronteiras nacionais, ou seja, ZESA, A Empresa de Electricidade da Zâmbia, a Corporação de Energia do Botswana e a Companhia de Electricidade da Namíbia.

A capacidade inicial da interligação de transmissão será de 300 Megawatts (MW), que será aumentada posteriormente para 600 MW.

O projecto será implementado em duas fases. A primeira fase irá abranger a construção de uma linha de transmissão de 120 km, de 330 quilovolts da central de Hwange para Victoria Falls, onde uma estação de comutação será construída no lado do Zimbabwe. A linha se estenderá para uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase envolverá a construção de uma linha de 300 km, 330kV de Livingstone até Katima Mulilo, na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana. Para a interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão com uma capacidade de transmissão de 430kV.

No entanto, ela irá funcionar como uma linha de 330kV, durante a primeira fase. Quando estiver totalmente operacional, a interligação de transmissão ZIZABONA vai,



SADC trabalha para melhorar o fornecimento e a eficiência energética

A região da SADC tem estado a intensificar os esforços para incentivar a eficiência energética. Esta edição da revista África Austral segue as histórias de empresas e indivíduos perseguidos para melhorar o fornecimento de energia eléctrica

entre outras coisas, tornar possível para NamPower (empresa de electricidade da Namíbia) importar energia para Namíbia directamente de Hwange, no Zimbabwe. Actualmente a electricidade a partir da Estação de Energia Hwange é encaminhada para a Namíbia através da África do Sul.

Com relação à CTC no Zimbabwe, o projecto envolve a construção de linhas de energia para aumentar a capacidade de transferência de norte a sul do Zimbabwe da rede de 200KV para 600KV.

Este corredor é fundamental para a SADC, uma vez que a maioria dos serviços públicos na região utilizam a rede do Zimbabwe para transferir a sua energia.

O projecto prevê o desenvolvimento de linhas de transmissão do Alasca para a Sherwood, Bindura, para Mutorashanga, e de Marvel para Insukamini, no Zimbabwe.

Um compressor estático será construído nas subestações de Dema e Sherwood. O custo do projecto é de cerca de 100 milhões de dólares norte-americanos.

O projecto de Transmissão Regional Espinha Dorsal de Moçambique (STE) consiste numa linha de transmissão dupla da província de Tete, centro de Moçambique, para a capital Maputo, sul de Moçambique, e da SAPP interligada a rede de energia regional.

O STE vai transportar a energia produzida em novas centrais hidroeléctricas de Mphanda Nkuwa (1500 MW) e Cahora Bassa (Margem Norte, 1245 MW) em Moçambique para os mercados.





Incremento de energia eléctrica e

Para construir capacidade de produzir mais electricidade e a África Austral Hoje destaca algumas iniciativas que estão sendo tomadas para a eficiência energética na região.

A espinha dorsal será composto por uma linha de 400 kV HVAC e uma linha de 800 kV para suprir as grandes zonas de consumo em Moçambique e ligação com o mercado Sul Africano. O seu custo estimado é de 2,8 biliões de dólares norte-americanos.

Makumbe disse que as negociações de um acordo de desenvolvimento conjunto estão em curso entre concessionária de energia de Moçambique e terceiro partes. Um mecanismo para fins especiais está sendo estabelecido, com as negociações em curso sobre a participação. □

Desafio energético da SADC A principal questão para lidar com escassez

por Kizito Sikuka

A ACTUAL crise energética enfrentada pela maioria dos países da África Austral poderia ser resolvida através de várias medidas, incluindo a construção de novas centrais de produção de energia.

No entanto, outra medida fundamental que a SADC tenta adoptar activamente para acabar com a escassez de energia que data já desde 2006 é reduzir a procura de energia na região através da gestão da carga de energia existente.

Esta opção, conhecida por gestão de políticas da procura (DSM), pode efectivamente permitir a SADC resolver os seus desafios de energia a curto prazo, enquanto a mobilização de recursos para desenvolver novos projectos de produção de energia que irá adicionar mais energia na rede regional.

Neste sentido, a 34ª Cimeira da SADC exortou os Estados Membros a "prestar o apoio político necessário para implementar o programa a gestão da procura, incluindo a proibição de lâmpadas incandescentes."

O programa DSM foi iniciado há alguns anos pelo Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) para garantir que a região seja capaz de gerir a sua situação energética.

Como parte do programa de DSM, pelo menos, quatro iniciativas foram identificadas para garantir que a região seja capaz de gerir a sua carga de energia existente.

Estes são a introdução de lâmpadas compactas fluorescentes compactas (LFC), Iluminação comercial (CL), Controle de Carga para o Aquecimento da Água (HWLC) e Aquecedores solares de água (SWH).

Por exemplo, a mudança de lâmpadas tradicionais para lâmpadas fluorescentes compactas e CL têm sido eficazes na maioria dos países da SADC porque reduziram significativamente o uso de energia nas casas e impedem as emissões de gases de efeito estufa que contribuem para as alterações climáticas.

Uma pesquisa mostra que a iluminação residencial responde por cerca de 20 por cento da factura média de electricidade doméstica na região da SADC.

No entanto, em comparação com as lâmpadas incandescentes, lâmpadas fluorescentes compactas economizam até 80 por cento do consumo de energia eléctrica.

Os SWHS também tem a capacidade de garantir a disponibilidade de energia na região, uma vez que o uso de energia solar economiza outras formas de energia, tais como hídrica e térmica, que são bastante usadas na região.

Os dados disponíveis mostram que a maior parte da energia usada em áreas residenciais é consumida por aquecedores de água, colocando uma enorme pressão sobre as fontes de energia tradicionais.

Da mesma forma, o programa HWLC implementado pelo SAPP permitiu aos consumidores instalar interruptores de controlo de carga que desliga automaticamente energia durante os períodos de pico ou quando aparelhos como géisers atingem o seu máximo de procura.

A Eskom, da África do Sul, e a Corporação de Energia do Botswana relataram que economizaram 130 Megawatts (MW) e 40 MW, respectivamente, a partir do programa HWLC.

De acordo com o relatório da 34ª Cimeira da SADC, a África Austral economizou de forma cumulativa cerca de 4,561MW através de programas de gestão da procura entre 2009 e 2013.

A maior parte das poupanças, totalizando cerca de 3,461MW, vieram do programa de lâmpadas fluorescentes compactas. O programa de iluminação comercial contribuiu para economizar 700MW.

Prevê-se que a região da SADC possa vir a economizar mais de 6,000MW em 2018, se essas iniciativas forem implementadas de acordo com o plano.

Prevê-se que o programa DSM irá incluir uma campanha de educação pública, cujo principal objectivo será o de aumentar a consciencialização sobre a eficiência energética.

Outras medidas que estão sendo consideradas incluem o uso de tarifas que reflectam os custos, tempo de tarifas de uso, tarifas de energia renováveis, bem como a introdução de sanções por uso ineficiência de energia pelos clientes.

Tarifas que reflectem os custos incentivam as pessoas controlar o seu consumo de electricidade a partir de horários de pico para períodos fora de pico, ajustando o preço cobrado em determinados momentos de cada dia. O conceito de marcação do preço em função do tempo de uso de electricidade consiste na fixação de uma taxa que não varia num determinado período, duas vezes por ano. □



SADC aprova protocolo sobre Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

por Admire Ndhlovu

A **APROVAÇÃO** do Protocolo sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável representa um passo importante para a promoção da utilização e gestão sustentável do meio ambiente na África Austral.

O protocolo foi aprovado pela 34ª Cimeira de Chefes de Estado de Governo da SADC, realizada em Agosto, em Victoria Falls, Zimbabwe, e tem como objectivo harmonizar os instrumentos existentes que tratam de questões ambientais.

A SADC até agora tem tido vários protocolos que tratam de diversos aspectos do ambiente. A maioria destes era de natureza sectorial e não tinha uma abordagem holística para a utilização e gestão sustentável do meio ambiente.

Estes incluem o Protocolo e a aplicação da lei sobre a Conservação da Vida Selvagem, aprovada em 1999, o Protocolo Revisto sobre Recursos Hídricos Partilhados (2000), bem como o Protocolo de Mineração (1997) e o Protocolo sobre a Energia (1996).

Portanto, a adopção do Protocolo sobre a Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável é um passo importante no processo de harmonização das leis que tratam de questões ambientais.

Os objectivos do protocolo visam reforçar a protecção do ambiente, a fim de contribuir para a saúde humana, bem-estar e alívio da pobreza, e promover a utilização equitativa e sustentável dos recursos naturais e culturais para o benefício das actuais e futuras gerações.

Além disso, procura promover a gestão partilhada do meio ambiente e dos recursos naturais transfronteiriços.

Outro objectivo é promover a gestão e resposta aos impactos das mudanças climáticas e variabilidade eficaz.



Para atingir estes objectivos, os Estados Partes devem cooperar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável através da adopção de princípios e procedimentos de gestão ambiental, facilitando o benefício das mais-valias dos recursos naturais da região para maximizar os benefícios e promover o comércio de bens e serviços ambientais para o desenvolvimento de suas economias.

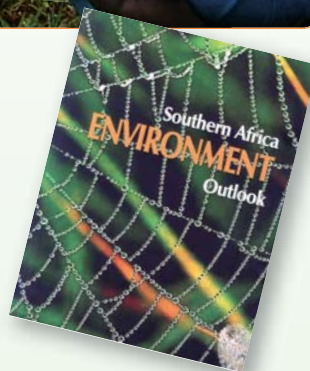
Estados Membros da SADC deverão harmonizar as suas leis, políticas, planos e programas de gestão ambiental.

Há também a necessidade dos países membros harmonizar as normas, processos e procedimentos, com especial referência para a gestão ambiental regional e transfronteiriça.

O Protocolo reconhece a necessidade de manter continuamente a revisão do estado do ambiente da região.

Como tal, os países devem contribuir para a produção regular de relatórios ambientais e desenvolver indicadores ambientais adequados para a monitoria das tendências ambientais fundamentais para a região da SADC.

A nível regional, o último relatório sobre a situação ambiental, o Estado do Ambiente na África Austral, foi lançado em 2009.



Outras medidas a serem implementadas incluem a promoção da gestão e controlo da disseminação de espécies exóticas invasoras e gestão transfronteiriça de resíduos e substâncias perigosas.

São feitas disposições específicas para tratar de questões relativas à qualidade do ar, resíduos e poluição, gestão de produtos químicos, a biodiversidade e o património natural, património cultural, gestão sustentável da terra, recursos marinhos e de águas continentais e as mudanças climáticas.

De acordo com o protocolo, a implementação será, essencialmente, a nível nacional. No entanto, no caso de recursos partilhados e para questões de natureza regional, os países membros devem cooperar entre si para garantir que os "objectivos do presente protocolo sejam alcançados."

Instituições estabelecidas para a execução do protocolo são o Comité de Ministros

Responsáveis pelo Meio Ambiente, Comité de Altos Funcionários Responsáveis pelo Meio Ambiente, Comité Técnico de Gestão Ambiental, bem como outras Comissões Especializadas e Grupos de Trabalho. Esforços no sentido de um protocolo ambiental na região da SADC podem ser rastreados de volta para o período após a Cimeira do Rio de 1992, quando os Ministros do Meio Ambiente da SADC concordaram em sua reunião na Cidade do Cabo, África do Sul em 1999 em adoptar um Protocolo sobre o Meio Ambiente.

Eles solicitaram o então Sector do Ambiente e do Ordenamento do Território da SADC (ELMS) a desenvolver um protocolo ambiental regional.

Isso ocorreu após a percepção de que a maioria dos países da SADC depende fortemente da exploração dos recursos naturais e do meio ambiente para o seu desenvolvimento económico.

Neste sentido, houve necessidade da região colocar em medidas e estratégias que promovam a gestão e a exploração sustentável dos recursos naturais, que são partilhados por uma série de países.

O protocolo também é fundamental na medida em que ajudará a integrar e gestão ambiental dominante no desenvolvimento económico.

Anteriormente, os instrumentos que regem o processo de desenvolvimento socioeconómico tendiam a ignorar as questões ambientais, resultando na degradação ambiental, poluição, bem como na degradação dos ecossistemas vitais, tais como as zonas húmidas.

O novo protocolo, portanto, tem como objectivo reforçar a protecção do ambiente, contribuindo simultaneamente para a saúde humana, bem-estar e alívio da pobreza. □

Informação Climática e Desenvolvimento da Resiliência

SADC deverá receber boas chuvas

A **ÁFRICA** Austral deverá receber boas chuvas para a campanha agrícola 2014/15.

Esta previsão foi feita pelo 18º Fórum de Previsão Climática da África Austral (SARCOF-18), que esteve reunido em Windhoek, Namíbia, no final de Agosto, para apresentar a previsão climática sazonal consensual para a época chuvosa 2014/2015 na região.

De acordo com a previsão, a maioria parte da África Austral deverá receber chuvas favoráveis (*normal com tendência para acima do normal*).

Isto é suficiente para a maioria das culturas para alcançar o estágio de maturação até o final da época, o que implica que a SADC poderá registar novamente uma boa colheita.

Chuvas acima do normal é a quantidade média de precipitação que ocorre na terceira década do pico da época chuvoso em relação a média registada durante um período de 30 anos entre 1971 e 2000, enquanto *chuva abaixo do normal* representa a quantidade média que ocorre na terceira década do período inicial relativamente mais seco da época chuvosa.

Os especialistas em clima dividiram a época chuvosa em quatro períodos de três meses sobrepostos.

Trata-se de Outubro a Dezembro 2014 (OND), Novembro 2014-Janeiro 2015 (NDJ), Dezembro 2014-Janeiro 2015 (DJF), e Janeiro-Março 2015 (JFM).

As áreas com maiores probabilidades de receber *chuva normal com tendência para acima do normal* no período OND incluem Moçambique, sudoeste e nordeste da Tanzânia, e grande parte do Malawi.

Outras áreas incluem a maior parte da RDC e Angola, e mais de metade do Zimbabwe, Zâmbia, Botswana, África do Sul, Swazilândia, bem como o sul do Madagascar.

No entanto, os agricultores em zonas susceptíveis de receber boas chuvas são solicitados a equilibrar culturas entre variedades de sementes de ciclo curto e de maturação lenta para atender a incertezas nos padrões climáticos.

O plantio de ambas as variedades de maturação precoce e tardia ajudam aos camponeses a conseguir uma colheita justa em caso de um défice na quantidade de chuvas.

Probabilidades de chuvas fortes (*chuvas acima do normal com tendência para normal*) poderão ocorrer na metade do nordeste da Tanzânia, no extremo sudoeste de Angola e nas áreas costeiras da Namíbia, África do Sul e Seychelles.

No entanto, a parte mais setentrional da RDC, no norte de Madagascar e Ilhas Maurícias poderão receber precipitação inadequada (*chuvas normais com tendência para abaixo do normal*) durante este período.

Nessas áreas, variedades de sementes de maturação precoce são as mais ideais uma vez que as sementes normalmente levam um período de tempo mais curto para amadurecer.

No período NDJ, a maior parte da região é susceptível de receber chuvas normais com tendência

para s acima do normal, enquanto a maior parte da RDC e partes setentrionais de Angola são susceptíveis de receber *chuvas normais com tendência para chuvas abaixo do normal*.

A maioria da SADC e os Estados insulares são susceptíveis de receber *chuvas normais com tendência para acima do normal* durante o período de DJF.

Para o período de JFM, a maior parte da SADC poderá registar *chuvas normais com tendência para acima do normal*.

No entanto, a maior parte da RDC, norte de Angola e Maurícias são susceptíveis de receber chuvas normais com tendência para abaixo do normal.

Os agricultores e os outros usuários foram solicitados a continuar a estar atento a atualizações dos seus oficiais de extensão agrícola e dos serviços meteorológicos nacionais sobre as condições locais.

Além disso, os agricultores em zonas susceptíveis de receber

chuvas insuficientes devem praticar a agricultura de conservação que envolve cobertura mínima do solo com palha, a fim de manter a humidade disponível por um longo período de tempo.

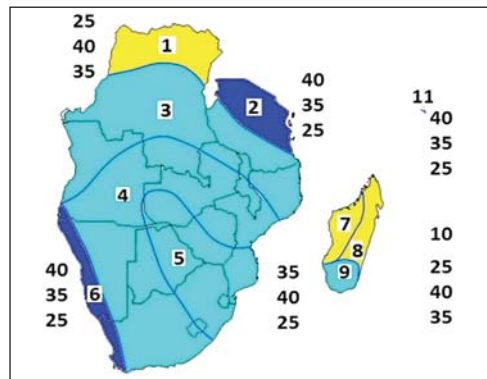
O SARCOF-18 também levou em conta o El Niño Oscilação Sul (ENOS), que está actualmente em fase neutra, e está projectado para ser flutuante.

Há condições do El Niño se desenvolver uma vez que as águas quentes do Pacífico tropical se espalharam para o leste, em conjunto com os padrões de mudança de pressão atmosférica.

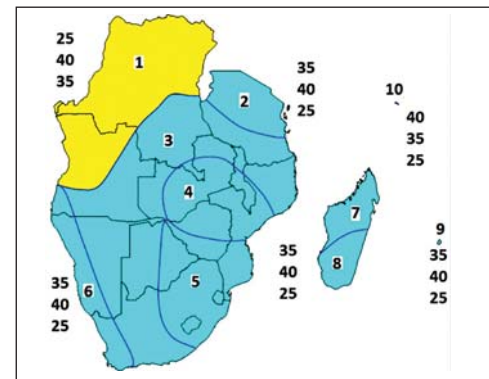
Em anos anteriores, os eventos El Niño foram associados as condições de seca na maior parte da África Austral.

El Niño é conhecido por causar ou atrasar o início ou o fim abrupto da época chuvosa, resultando na murcha de culturas antes de atingirem a maturidade, reduzindo significativamente o rendimento das culturas. □

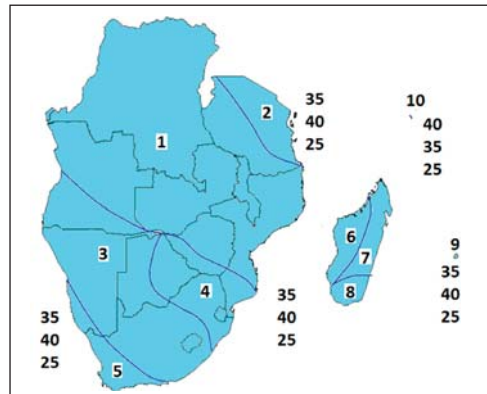
Outubro-Novembro-Dezembro 2014



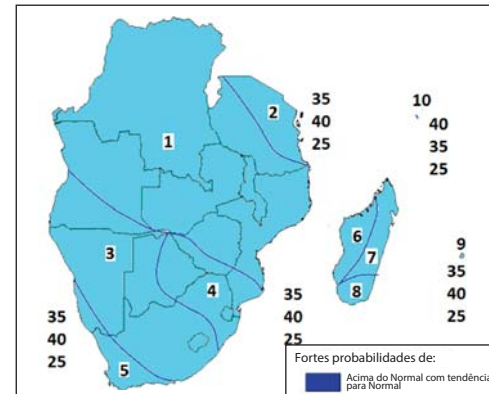
Novembro-Dezembro 2014-Janeiro 2015



Dezembro 2014-Janeiro-Fevereiro 2015



Janeiro-Fevereiro-Março 2015



Fortes probabilidades de:

- Acima do Normal com tendência para Normal
- Normal com tendência para Acima do Normal
- Normal com tendência para Abaixo do Normal
- Abaixo do Normal com tendência para Normal

Os números para cada zona indicam as probabilidades de chuva em cada uma das três categorias, abaixo do normal, normal e acima do normal. O primeiro número indica a probabilidade de ocorrência de chuvas na categoria acima do normal, o número do meio é para normal e o número inferior é para a categoria abaixo do normal.



SADC medeia conflito político no Lesotho

A SADC nomeou um facilitador para o Reino do Lesotho para trabalhar com o governo de coligação do País, que implementa um roteiro para restaurar a estabilidade política no país.

Governo de coligação do Lesotho, liderado pelo Primeiro-Ministro, Thomas Thabane, vem enfrentando alguns desafios desde sua formação, em 2012, e a situação agravou-se na sequência de uma alegada tentativa de golpe por militares do Lesotho a 30 de Agosto.

Numa reunião realizada no dia 15 de Setembro, em Pretória,

África do Sul, para discutir e analisar a situação no Lesotho, a dupla Troika da Cimeira da SADC mandou o Vice-Presidente Sul-Africano, Cyril Ramaphosa, para actuar como facilitador da SADC para Lesotho.

Ramaphosa será apoiado pelo Secretariado da SADC e uma equipa de especialistas dos Estados Membros da Troika para facilitar a restauração da estabilidade política e da segurança no Lesotho, a curto e longo prazo.

Os Membros da Troika são Zimbabwe (presidente SADC),

Botswana (vice-presidente) e Malawi (presidente cessante). Os outros são a África do Sul (presidente do Órgão Político de Defesa e Segurança), Lesotho (vice) e Namíbia (presidente cessante).

"Cimeira exortou os líderes do Governo de coligação para trabalhar em conjunto para implementar as declarações de Windhoek e Pretória como uma questão de urgência, em especial, o levantamento da extensão da competência do Parlamento no prazo acordado, durante o qual o foco deve ser colocado na preparação das

eleições antecipadas", lê-se em parte do comunicado divulgado pela dupla Troika.

"Para este efeito o Governo de Coligação irá trabalhar em conjunto com o facilitador para enfrentar todos os desafios políticos e de segurança, em preparação para as eleições antecipadas."

Os líderes da coligação concordaram em antecipar a data das eleições de 2017 para a data a ser acordada após consultas com outros actores políticos.

A mais recente crise política no Lesotho teria sido iniciada quando Thabane, que enfrenta um voto de não confiança, suspendeu o Parlamento em Junho.

Outra razão citada para o mais recente conflito foi a decisão de Thabane de demitir o Comandante da Força de Defesa do Lesotho, Kennedy Tlali Kamoli, substituindo-o por Maaparankoe Mahao.

O Lesotho tem uma longa história de confronto interno, que remonta desde a independência, em Outubro de 1966, quando o país era uma ilha rodeada por um mar de apartheid da África do Sul.

Muitos dos conflitos requereram intervenção regional, a SADC e a Cimeira da Dupla Troika "elogiaram todos os Estados-Membros enviaram ou se comprometeram a enviar agentes para o Lesotho," para conter a actual situação.

A Cimeira da Dupla Troika também contou com a República Democrática do Congo e a República Unida da Tanzânia, bem como a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomona Lawrence Tax. □

Apoio para a reivindicação das Maurícias sobre o Arquipélago de Chagos

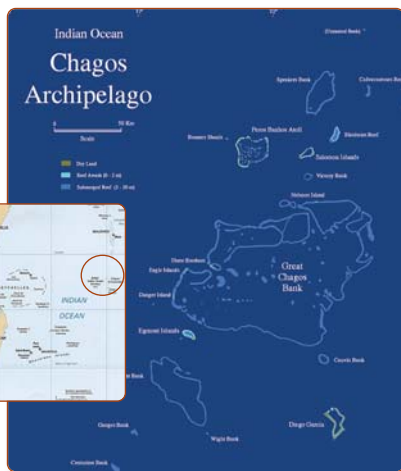
A SADC mostrou-se solidária às Maurícias na sua luta para recuperar a soberania sobre o Arquipélago de Chagos, que tem estado no centro de uma disputa com o Reino Unido.

Em 1965, antes de conceder a independência às ilhas Maurícias, o Reino Unido dividiu o Arquipélago mauriciano de Chagos e tomou as ilhas Aldabra, Farquhar e Desroches das Seychelles para formar o Território Britânico do Oceano Índico.

As ilhas foram formalmente estabelecidas como um território ultramarino do Reino Unido em 8 de Novembro de 1965.

Aldabra, Farquhar e Desroches foram devolvidos para Seychelles em Junho de 1976 após a sua independência.

O governo Maurício declarou que não reconhece o Território Britânico do Oceano Índico, que o Reino Unido criou por extracção do arquipélago de Chagos antes da independência, e insiste que o arquipélago,



incluindo Diego Garcia, faz parte integrante do território das ilhas Maurícias a luz da lei das ilhas Maurícias e do direito internacional.

Há um forte corpo de leis e de opinião internacional que apoia esta posição, mas o Reino Unido considera Diego Garcia como estratégico para o transporte e segurança, além de arrendar parte da ilha para o exército dos Estados Unidos.

A Constituição das Maurícias afirma que as ilhas Maurícias incluem Maurícias, Rodrigues, Agalega, Cargados, Carajós e o Arquipélago de

Chagos, incluindo Diego Garcia e qualquer outra ilha compreendida no estado das ilhas Maurícias.

Reunidos na sua 34ª Cimeira em Victoria Falls, Zimbabwe, em Agosto, os líderes da SADC prometeram apoio total as Maurícias na sua luta legal contra o Reino Unido.

"A Cimeira fez um apelo a todos os Estados-Membros a apoiar plenamente o direito legítimo da República das Maurícias para a restauração de sua soberania sobre o arquipélago de Chagos, sem o qual a descolonização total da África não está completa," disseram os líderes da SADC num comunicado.

As Maurícias lançaram o seu desafio legal há mais de três anos e acreditam que uma decisão a seu favor pode levar ao desmoronamento de reivindicação da era colonial da Grã-Bretanha e do eventual retorno de centenas de ilhéus exilados que foram forçados a deixar o arquipélago. Muitos vivem agora na Grã-Bretanha ou nas Maurícias. □



Acordo de paz antes das eleições em Moçambique

O PRESIDENTE de Moçambique, Armando Guebuza, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, assinaram um acordo para o fim das hostilidades iniciadas pela Renamo há dois anos no centro do País.

O acordo de paz foi assinado a 05 de Setembro na capital Maputo, numa cerimónia testemunhada por Ministros, membros da Assembleia da República, incluindo da Frelimo e da Renamo, e diplomatas acreditados em Moçambique.

O acordo é composto por quatro documentos, cobrindo um acordo sobre a cessação das hostilidades entre a Renamo e as



O Presidente Armando Guebuza e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, assinaram o recente acordo de paz.

forças do governo; um memorando de entendimento entre a Renamo e o governo; um documento destacando os termos de referência para os

observadores internacionais que irão monitorar a cessação das hostilidades; e a integração de guerrilheiros da Renamo na polícia e no exército.

Eleições no Botswana marcadas para 24 de Outubro

O PRESIDENTE do Botswana, Ian Khama, marcou o 24 de Outubro como a data para as eleições nacionais, que deverão ser muito disputadas.

Vários partidos de oposição formaram uma aliança com o partido Mudança Democrática, liderado por Boko Duma.

De acordo com analistas, esta é a mais poderosa coligação que participa nas eleições do país desde a independência em 1966. No entanto, o partido no poder, Partido Democrático do Botswana (BDP), liderado por Khama, está confiante de que sairá mais uma vez vitorioso.

"Continuamos a ser o único partido", e "Continuamos o maior partido do Botswana" são algumas das frases de campanha utilizadas pelo BDP no seu Portal.

Khama também está animado com o apoio que o seu partido tem recebido nos últimos anos, portanto, daí a certeza de ser reeleito.

"Camaradas e compatriotas, mais uma vez venho pedir, com humildade, o vosso voto para liderar esta pátria amada

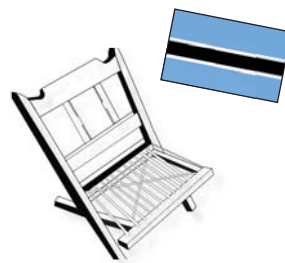
durante um segundo mandato", disse Khama, no prefácio do manifesto do BDP.

"A vossa confiança no Partido Democrático do Botswana não mudou nas últimas cinco décadas e por isso somos gratos por vocês."

A corrida para as eleições foi marcada pela morte de um líder da oposição, Gomolemo Motswaledi, do Movimento para a Democracia Botswana (BMD) que morreu num acidente de carro em Agosto, facto que oposição considera que tal ocorreu em circunstâncias estranhas.

No entanto, a polícia descartou tratar-se de um crime, dizendo que as "investigações revelam que a morte de Motswaledi foi em resultado de um acidente de viação que nada tem a ver com qualquer crime."

O Botswana usa o Sistema de Pluralidade em Círculo Uninominal para a eleição dos membros do Parlamento. Os membros do parlamento eleitos, agem depois como um colégio eleitoral para escolher o presidente.



Pelo menos 824.073 eleitores registaram-se para votar num universo populacional estimado em 1,4 milhões de eleitores.

Destes, 389.870 (quase 50 por cento) são jovens, o que significa que os jovens terão uma importante palavra a dizer em quem irá emergir como o vencedor.

Vários partidos políticos e candidatos independentes poderão participar no processo. Nas últimas eleições, realizadas em 2009, sete partidos e 15 candidatos independentes participaram nas eleições, em que o BDP ganhou 45 dos 57 assentos eleitos.

O Parlamento Botswana tem 63 lugares, dos quais 57 são preenchidos através de votação directa. Há quatro assentos reservados para o partido maioritário no Parlamento, o Presidente e o Procurador-Geral tem assento garantido. □

"A assinatura do acordo traz legítimas esperanças para os moçambicanos a ter uma melhor vida. O nosso povo espera que todos os actores políticos respeitem a Constituição, e também espera que todas as liberdades e os progressos que têm desfrutado possam continuar", disse Guebuza na cerimónia de assinatura.

Dhlakama, que voltou a Maputo em 04 de Setembro, depois de viver em parte incerta no centro de Moçambique por mais de um ano, disse que estava feliz por ter assinado o acordo, o que lhe permitirá participar nas próximas eleições marcadas para 15 de Outubro.

A campanha eleitoral, no qual ele é um candidato presidencial, já começou. Guebuza não contesta esta eleição como ele está completando seu segundo mandato de cinco anos como presidente, de acordo com a Constituição.

"O acordo assinado hoje cobre as principais reivindicações da Renamo, que incluem a lei eleitoral. Ela assegura a transparência nos processos eleitorais", disse Dhlakama.

O regresso de Dhlakama para Maputo e para o encontro com o Presidente moçambicano, foi um esforço internacional, que envolveu os embaixadores da Itália, Portugal, Estados Unidos, bem como Altos-comissários do Botswana e Grã-Bretanha.

O partido Frelimo, de que Guebuza é presidente, será representado por Filipe Nyussi como seu candidato presidencial nas próximas eleições. Nyussi foi Ministro da Defesa.

Outro concorrente nas eleições é o Movimento Democrático de Moçambique liderado pelo presidente do Município de Beira, Daviz Simango, que se separou da Renamo em 2009. □



SADC pronta para criar o maior mercado integrado de África

por Kizito Sikuka

A **ÁFRICA** Austral tem o compromisso de concluir as negociações para estabelecer uma Área de Comércio Livre Tripartida que irá abranger 26 Países da África Oriental e Austral.

O Área de Comércio Livre Tripartida, conhecido como a Grande ACL, envolve três comunidades económicas regionais - o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC.

De acordo com um roteiro desenvolvido pela COMESA-EAC-SADC, a Grande ACL está previsto para entrar em vigor em 2016.

Se isso acontecer, o comércio intra-regional deverá aumentar de forma acentuada e vai aprofundar a integração regional através da melhoria dos fluxos de investimento e aumento da concorrência.

Na verdade, este acordo vai criar uma população combinada de cerca de 600 milhões de pessoas que cobrem metade dos Estados membros da União Africana (UA), e um Produto Interno Bruto de cerca de 1 trilhão de dólares norte-americanos.

A Director do Comércio, Indústria, Finanças e Investimento da SADC, Boitumelo Gofhamodimo, disse durante a 34ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Agosto, em Victoria Falls, Zimbabue, que a região está pronta para a criação da ACL tripartida.

"Além de oferecer um mercado maior, o acordo de comércio tripartido é muito importante, pois permite que os países da África Oriental e Austral harmonizem as suas políticas comerciais", disse ela.

"Esperamos concluir as negociações até o final do ano", disse Gofhamodimo, acrescentando que as negociações tinham sido adiadas por uma combinação de factores, incluindo a limitação de recursos financeiros.

"Como a SADC, eu acredito que nós estamos prontos para o arranjo tripartido. É um arranjo que é muito importante para impulsionar o comércio e o aprofundamento da integração."

As negociações em curso estão a ser seguidas atentamente pela UA uma vez que as outras comunidades económicas regionais no continente querem aprender com esta experiência.

A visão da África de longa data desde 1963 na formação da Organização de Unidade Africano (OUA) - precursor para a UA - tem sido a de ter um continente unido e integrado.

Nos termos do Tratado da Comunidade Económica Africana assinado em 1991, a África tem como objectivo estabelecer uma ACL em todo o continente e o acordo comercial COMESA-EAC-SADC proposto é considerado como um dos blocos de construção para o objectivo continental.

Portanto, uma vez operacional, a proposta ACL Tripartida será utilizada como referência para o aprofundamento da integração regional e continental em África.

De acordo com um roteiro adoptado em Junho de 2011, as negociações para a ACL Tripartida seriam realizadas em três fases distintas.

Até o momento, o Fórum de Negociação Tripartida (TTNF) concluiu a fase de preparação que envolveu a troca de informações relevantes, incluindo as tarifas nacionais aplicadas e dados de comércio e medidas.

Esta fase visou a garantir a adopção dos termos de referência e as regras de procedimento para a criação do TTNF.

Os negociadores tripartidos já estão concluindo a primeira fase, que abrange as principais componentes da ACL, como a liberalização das tarifas, regras de origem, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação aduaneira, procedimentos de trânsito, barreiras não-tarifárias, defesa comercial e outras barreiras técnicas ao comércio e resolução de conflitos.

Facilitar a circulação de pessoas de negócios na região está sendo negociado em paralelo com a primeira fase.

A segunda fase, a última fase das negociações, está prevista para começar em breve e irá abranger o comércio de serviços e questões relacionadas com o comércio, tais como direitos de propriedade intelectual, política de concorrência e desenvolvimento do comércio e da competitividade.

De acordo com o roteiro, todas as negociações devem ser concluídas dentro de 36 meses. A partir daí, COMESA-EAC-SADC poderão lançar uma única ACL em 2016, com base nos acordos de livre comércio que já estão em vigor.

O lançamento final da ACL alargada irá resultar na coligação de três sub-regiões numa única ACL com o objectivo de estabelecer uma União Aduaneira única num futuro próximo. □

Aumenta comércio intra-SADC

O **COMÉRCIO** intra-SADC está a aumentar e estima-se que subiu para mais de 58 biliões de dólares norte-americanos desde 2012, contra os cerca de 13,8 biliões de dólares norte-americanos em 2000, de acordo com o Secretariado da SADC.

No entanto, esses números referem-se apenas aos 12 países que pertencem à Zona de Comércio Livre da SADC. Angola, República Democrática do Congo e as Seychelles ainda não são membros da ACL.

Quando todos os 15 Estados Membros da SADC forem incluídos, os números mostram que o comércio intra-regional aumentou mais de quatro vezes a partir de cerca de 14 biliões de

dólares norte-americanos, no ano 2000, para mais de 66 biliões de dólares norte-americanos, em 2012.

África do Sul é o maior parceiro comercial na região da SADC. Por exemplo, as exportações totais para a região são estimadas em 40 por cento do comércio intra-regional. Outros países grandes exportadores incluem Angola, Zâmbia e Zimbabue.

Em termos de importações, o Botswana é o importador líder regional, juntamente com outros três membros menores da União Aduaneira da África Austral (SACU) - Lesoto, Namíbia e Swazilândia. África do Sul é o quinto e maior membro da SACU. □



— SADC
— COMESA
— EAC

Outubro-Dezembro

ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 16 No 6 Outubro 2014

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anisha Madanhi, Anesu Ngadya

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS
P1 jewellerynewsnetwork.com, fotopedia.com, wordpress.com;
P2 herald.co.zw, wordpress.com; P4 herald.co.zw; P5 desk7.net, reliefweb.com,
sundaymail.com, fao.org, chronicle.co.zw; P6 wordpress.com, farmingfirst.com;
P7 zimmail.com, wfp.org; P8 wordpress.com; P9 ipsnews.com; P11 wordpress.com;
P12 daec.co.za, enca.com, subrygovender.com, malawicongressparty.com,
zimmail.com, mg.co.za; P13 un.org, usaid.gov, faceofmalawi.com, wordpress.com,
iisd.ca, wrc.org, wordpress.com, citypress.co.za; P14 SADC, newsday.co.zw,
vehiclepassion.com; P16 wordpress.com, wikimedia.com

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

SARDC
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral

Outubro
8-10, Namíbia

3ª Conferência Global sobre os Grandes Ecossistemas Marinhos
Reunindo líderes internacionais em gestão baseada nos ecossistemas, a conferência tem como objectivo fornecer uma plataforma para os países trocarem experiências em políticas de mitigação e adaptação, especialmente para os ecossistemas sob pressão das mudanças climáticas.

15, Moçambique

Eleições Gerais

Os moçambicanos vão às urnas para escolher novos líderes do governo, incluindo o presidente e os membros da Assembleia Nacional para os próximos cinco anos, utilizando um sistema eleitoral de representação proporcional com base em listas partidárias. O Presidente em exercício, Armando Guebuza, não participa nas eleições depois de cumprir o seu segundo e último mandato.

23-24,
África do Sul

Indaba Solar

A conferência irá fornecer informações sobre os mecanismos financeiros necessários para a energia solar oferecer uma ampla solução para a actual escassez de energia em África e no desenvolvimento da infra-estrutura necessária para suportar uma cadeia de abastecimento eficaz entre produtores independentes e redes nacionais / regionais.

24, Botswana

Eleições Gerais

Os deputados e representantes do governo local serão eleitos a 24 de Outubro, usando o Sistema de Pluralidade em Círculo Uninomial, ou "first-past-the-post". O parlamento eleito em seguida, senta-se como um colégio eleitoral para escolher um presidente que vai ocupar o cargo por cinco anos. A Câmara dos Chefes, o Ntlo ya Dikgosi, é um órgão consultivo do Parlamento.

31, Angola

Reunião do Comité Executivo do SAPP

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) vai discutir a situação geral de energia na região na 37ª reunião do seu comité executivo. O SAPP é um organismo regional que coordena o planeamento, produção, transmissão e comercialização de energia eléctrica em nome de empresas eléctricas dos Estados-Membros da SADC.

Novembro
1-3,
Costa do Marfim

Conferência Económica Africana 2014

A conferência irá proporcionar uma oportunidade única para os pesquisadores, formuladores de políticas e especialistas em desenvolvimento da África e de outras partes do mundo, para explorar abordagens existentes e quadros de geração de conhecimento da África, eficácia das suas instituições de conhecimento e inovação no desenvolvimento de habilidades necessárias, tecnologia e capacidade de inovação. O tema é "Inovação e Conhecimento para a Transformação de África".

17-19, Etiópia

Cimeira Africana do Clima e Infra-Estruturas Resilientes

A cimeira visa apresentar aos representantes dos Estados membros da União Africana soluções práticas e cooperação técnica do sector privado, provedores de tecnologia, consultorias e fornecedores de serviços. Isso pode ajudar o continente a se preparar para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e o seu impacto nas áreas de infra-estruturas de energia, TIC, edifícios, água e agricultura e segurança alimentar.

29, Namíbia

Eleições Gerais

Os Namibianos vão às urnas no dia 29 de Novembro para escolher os líderes do governo, incluindo o presidente, deputados e representantes do governo local para os próximos cinco anos. Presidente em exercício, Hifikepunye Pohamba, não participa nas eleições depois de cumprir o seu segundo e último mandato.

Dezembro
1-12, Peru

COP 20

A 20ª Conferência das Partes (COP 20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas vai se reunir no Peru para continuar as negociações em direcção a um consenso global para lidar com os impactos das mudanças climáticas. Enquanto um progresso significativo foi feito no sentido de um acordo vinculativo, profundas divisões continuam no caminho a seguir, especialmente em questões como os níveis de emissão de carbono, o financiamento do clima, tecnologia e capacidade de adaptação e gestão de riscos.

50 anos
1964 - 2014



Rei Moshoeshoe I, fundador da Nação Basotho em 1860

Rei Moshoeshoe II, leader da nação Basotho independente em 1966



Zâmbia celebra Jubileu de Ouro

A ZÂMBIA vai comemorar 50 anos de independência, um agitado meio século caracterizado pela dedicação altruísta para a libertação da África Austral.

A luta pela independência da Zâmbia começou na década de 1940, quando os trabalhadores africanos, irritados com a recusa do governo colonial a conceder-lhes o direito à livre associação sindical decidiram formar a Federação de Sociedades de Bem-Estar.

A federação foi transformada em um partido político, o Congresso da Rodésia do Norte, que foi alterada em 1951 para o Congresso da Rodésia Nacional do Norte Africano (ANC), liderada por Harry Nkumbula.

O nascimento de um grupo dissidente, liderado por um professor chamado Kenneth David Kaunda, elevou o ambiente político na colônia britânica.

O Congresso foi proibido em 1959 e Kaunda foi metido na prisão. Após a sua libertação no mesmo ano, os seus simpatizantes formaram o Partido Unido da Independência Nacional (UNIP), colocando Kaunda como seu líder.

O UNIP assumiu um papel de liderança na oposição a Federação da Rodésia e Niassalândia, que havia sido formada em 1953 através da fusão da Rodésia do Norte (actual Zâmbia), Rodésia do Sul (actual Zimbábue) e Niassalândia (actual Malawi).

Protesto prolongado contra a Federação forçaram o governo britânico a introduzir uma constituição para a Rodésia do Norte, permitindo uma maioria Africana no Parlamento.

A Federação foi dissolvida em Dezembro de 1963, para o deleite da maioria Africana em todos os três países.

O UNIP participou nas eleições que se seguiram em Janeiro de 1964, ganhando 55 assentos contra 10 do ANC da Rodésia do Norte. O Partido Nacional Progressista ganhou todos os 10 assentos reservados para os brancos.

A Zâmbia alcançou a independência a 24 de Outubro de 1964, com Kaunda eleito como Primeiro-Ministro, e mais tarde no mesmo ano como Presidente, quando o País se tornou uma República.

Na altura da independência, apesar de sua riqueza mineral considerável, a Zâmbia enfrentou grandes desafios, uma vez que a economia era em grande parte dependente de especialistas estrangeiros.

No entanto, o mais significativo desafio era o facto da maioria dos vizinhos da Zâmbia ainda serem colónias ou estarem sob o domínio da minoria branca.

Como resultado, o governo da Zâmbia apoiou movimentos de libertação de Moçambique, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe, fornecendo bases de retaguarda, abrigo e apoio.

O governo do UNIP fez uma forte posição contra o governo liderado pelo colonialismo na Rodésia do Sul, que declarou a independência unilateral e ilegal da Grã-Bretanha em 1965.

O Dr. Kenneth Kaunda figura entre os líderes honrados pela SADC pela sua imensa contribuição para a libertação do país e da região.

Kaunda, o único líder entre os cinco que ainda está vivo, mais tarde foi homenageado pelo Zimbabwe pela sua "excepcional força de vontade, dedicação altruísta, a liderança revolucionária e excepcional contribuição durante longa e árdua luta do Zimbabwe para a igualdade, a justiça e a auto-determinação". □



Presidentes fundadores da Tanzânia e Zâmbia, Mwalimu Julius Nyerere (a esquerda) e Dr. Kenneth Kaunda (a direita)

O REINO do Lesotho é um pequeno reino montanhoso encravado, completamente rodeado pela África do Sul, que chegou a sua independência a 4 de Outubro de 1966. Conhecido como o Reino do Céu ou o telhado da África, é o único estado independente do mundo que está inteiramente acima de 1.000 metros de altitude, com a maior parte do país deitado acima de 1.800 metros. Esta foi a fortaleza do líder visionário, Rei guerreiro e diplomata, Moshoeshoe I (1786-1870), que fez alianças com clãs e tribos dos povos do sul Sotho que foram deslocados de uma grande área de influência da expansão do Reino Zulu e procurou refúgio em as montanhas. Moshoeshoe I ofereceu refúgio, movendo-se com o seu povo para um lugar mais tarde chamado Thaba Bosiu, "montanha da noite", porque acreditava-se crescer durante a noite e encolher durante o dia. Ele provou ser uma fortaleza intransponível contra os inimigos, e seu poder e influência cresceu, já que ele ofereceu terras para inimigos derrotados para cultivar e grupos díspares forjados em uma nação. O rei apelou aos britânicos para a protecção contra os fazendeiros holandeses (boers) e a área foi colocada sob protecção britânica Março 1868. Quando ele morreu, em 1870, o protectorado foi anexado à Colónia do Cabo, e assim começou a longa luta Basotho para recuperar a sua independência, alcançada em 1966 sob Constantino Bereng Seeiso, que adoptou o nome do seu ancestral como o Rei Moshoeshoe II.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Outubro-Dezembro 2014

1 Outubro	Feriado Público	Botswana
4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação	Moçambique
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
15 Outubro	Eleições Gerais	Moçambique
24 Outubro	Eleições Gerais	Botswana
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
1 Novembro	Dia de Todos os Santos	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
2 Novembro	Dia da Lembrança	Angola
11 Novembro	Dia da Independência Nacional	Angola
29 Novembro	Eleições Gerais	Namíbia
1 Dezembro	Dia de Incwala	Swazilândia
8 Dezembro	Imaculada Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbabwe
25 Dezembro	Natal	Toda SADC excepto Angola e Moçambique
26 Dezembro	Dia da Família	África do Sul
	Dia da Boa Vontade	Namíbia
	Dia da Família	Botswana, Lesotho, Swazilândia
	Dia do Boxe	Tanzânia, Zimbabwe